

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº. 015/2011

PROCESSO nº. 2452/10

LICITAÇÃO nº. 067/11 – Pregão Eletrônico

VALIDADE: até 30/05 / 2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 30 dias do mês de maio de 2011, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº. 1420 e Rua Goiás nº. 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais nº. 13.994, de 18.09.01, nº. 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais de nº. 44.786 e nº. 44.787, ambos de 18.04.08, de nº. 44.431, de 29.12.06, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA**, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente **FORNECEDOR**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDOR:

LOTE ÚNICO – ADIK SOFTWARE LTDA, com sede na Rua José Ribeiro Sobrinho, 395 – sala 01 - Centro, em Confins/MG, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 41.676.438/0001-71, neste ato representado por sua sócia, Sra. Aparecida Cardoso Lemos, residente na Av. Celso Porfírio Machado, 1011, Belvedere, em Belo Horizonte/MG, portadora da Carteira de Identidade nº. MG1 387011, CPF nº. 889.468.866-68.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de licenças de uso de solução antivírus, com serviços de instalação do software, configuração do ambiente, atualização e prestação de serviços de suporte técnico e garantia, especificados no Termo de Referência, Anexo I do Edital e proposta da Contratada apresentada à Licitação 067/2011 – Pregão Eletrônico.

1.1. Este instrumento não obriga o Tribunal a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

DOS PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA. Os quantitativos, preços e fornecedores registrados encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA. A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 14 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008.

DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA. O gerenciamento deste instrumento caberá à Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O Tribunal fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente.

5.1. Se o fornecedor recusar-se a assinar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

CLÁUSULA SEXTA. O prazo de entrega futura, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até **45 (quarenta e cinco) dias úteis**.

6.1. Local de entrega: Centro Operacional do TJMG – Av. do Contorno, 629 – 2º andar – Belo Horizonte/MG.

6.1.1. O fornecedor deverá agendar as entregas dos materiais na Gerencia de Infraestrutura Tecnológica - GETEC, através do telefone (31)3237-6367 sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA SÉTIMA. O objeto deste Registro de Preços será recebido na forma prevista no art. 73, inciso I da Lei Federal nº. 8.666/93.

7.1 O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

7.1.1 – O objeto deste registro de preços será recebido da seguinte forma:

a) Provisoriamente para efeito de posterior instalação e verificação da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência.

b) Definitivamente, em no máximo **15 (quinze) dias úteis** contados a partir do recebimento provisório e verificação da qualidade e conformidade dos componentes disponibilizados e sua conseqüente aceitação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, declarando a conclusão satisfatória do serviço de instalação e o pleno funcionamento, para a efetivação do pagamento.

7.2. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado pela GETEC.

7.3. Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 10 (dez) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7.4. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA. Constituem obrigações:

8.1. DO TRIBUNAL:

8.1.1. Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

8.1.2. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto.

8.1.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1.4. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8.2. DO FORNECEDOR:

8.2.1. Entregar os produtos e executar os serviços de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

8.2.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

8.2.3. Atender os prazos de solução estabelecidos no **item 11** do Termo de Referência.

8.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao Tribunal imediatamente e por escrito de qualquer

8.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.2.6. Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no Anexo I deste Edital, de acordo art. 65 §1º da Lei federal nº. 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do Tribunal;

8.2.7. Comunicar imediatamente ao Tribunal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

8.2.8. Indenizar terceiros e/ou o Tribunal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.2.9. Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

8.2.10. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA. O Tribunal pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará do Termo de Contrato e da Nota de Empenho.

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. Para cada Termo de Contrato ou instrumento equivalente o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e consequentemente lançado nesta Ata.

9.3. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na **Gerencia de Infraestrutura Tecnológica - GETEC**, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

9.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

9.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o Tribunal comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.5.1. Na hipótese prevista no subitem **9.5**, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

9.6. O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.7. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com especificações que integram esta Ata.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA. O preço registrado se manterá fixo e irrevogável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei 8.666/93 e no art. 15 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008, desde que, devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

10.1. O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

- a) nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado;
- b) planilha detalhada referente ao quantitativo solicitado.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

11.1. Pelo Tribunal:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa da contrato decorrente deste Registro de Preços nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Tribunal.

11.2. Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no "Diário do Judiciário Eletrônico", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Tribunal, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, o Tribunal adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Pela inexecução total ou parcial do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

12.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Minas Gerais, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, do art. 12 da Lei Estadual nº 14.167/02 e do art. 18 do Decreto Estadual nº 44.431/06 e alterações posteriores, o licitante que:

- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata, Termo de Contrato ou instrumento equivalente, deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- c) não mantiver a proposta;
- d) falhar ou fraudar a execução da Ata, do Termo de Contrato ou Instrumento equivalente;
- e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

12.2. Pela inexecução total ou parcial da Ata ou do Termo de Contrato, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

- b) multa, observados os seguintes limites:

b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

b.2) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

- c) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pelo Tribunal e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 6º da Lei nº 13.994/2001 e demais disposições correlatas;

- d) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e do inc. IV do art. 18 do Decreto Estadual nº 44.431/06 e alterações posteriores.

12.3. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

12.4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

DA TROCA DE MARCA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O procedimento para troca da marca, se houver, inicialmente registrada, dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor, juntamente com apresentação de amostra da marca pretendida.

13.1. A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) comprovação das condições técnicas da marca pretendida com as exigências em que se realizou o registro de preços;
- b) apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca pretendida.

13.2. A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
- b) é vedado caucionar ou utilizar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

14.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Tribunal, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP.

14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 14.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

14.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, 30 de maio de 2011.


Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA
Presidente

Pelo Fornecedor:


Aparecida Cardoso Lemos
ADIK SOFTWARE LTDA

Testemunhas:


Maria Izilda de A. - TS 3788-2


Maria Luiza Vechu Martins Lima
1804-4

ANEXO I – DA ATA - QUANTITATIVO, PREÇOS E FORNECEDORES.

(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 015/11)

LOTE ÚNICO Item /Serviços	Quant.	Unidade	Marca/Versão	Unitário (R\$)	Total (R\$)
1. Solução de antivírus (software) com 24 meses de atualização e suporte.	1	Unidade	Mcafee Endpoint Protection Suite -- Viruscan enterprise V8.8 ou superior- Viruscan enterprise for Linux V.1.6 ou superior-Site Advisor enterprise plus V.3.0 ou superior- Epolicy orchestrator V.4.6 ou superior-Device Control V.3.0 ou superior-Desktop Firewall V.8.0 ou superior -Host Intrusion Prevention V8.0 ou superior-Viruscan Command Line Win e Unix 5.3 ou superior-Anti Spyware V.8.8 ou superior.	R\$ 12,25	R\$ 12,25
2. Licença de uso e antivírus por 24 meses de atualização e suporte.	20.000	Unidade		R\$ 12,00	R\$ 240.000,00
3. Serviço de Instalação, configuração da Solução de Antivírus proposta.	1			R\$ 19.987,75	R\$ 19.987,75
				TOTAL	R\$ 260.000,00

ADMINISTRATIVA**DIRETORIA EXECUTIVA DA
GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E
PATRIMÔNIO**

Diretor Executivo: Michel G. Salomão

Homologação

Processo: nº. 0733/2011

Licitação: nº. 074/2011

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação, de forma contínua, de serviços de limpeza, asseio e conservação, com fornecimento dos saneantes domissanitários e artigos para higiene e limpeza, bem como todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução do objeto desta licitação, bem como de suporte administrativo, operacional e áreas do Poder Judiciário Estadual, localizadas na Secretaria do Tribunal de Justiça e na Comarca de Belo Horizonte, compreendendo as atividades de operação e controle de acesso de pessoas, veículos, equipamentos e bens óveis nos edifícios.

LICITANTE VENCEDOR**LOTE ÚNICO: PH SERVIÇOS E
ADMINISTRAÇÃO LTDA**

Valor Total Mensal: R\$973.300,00

(Novecentos e setenta e três mil e trezentos reais)

Gerência de Compra de Bens e Serviços

Gerente: Maria da Conceição Gabriche S. Menezes
30.05.2011**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº 010/11****TJMG X CURINGA DOS PNEUS LTDA.**

Processo: 480/2011

Licitação: 052/2011

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição pneus novos, sem câmara – Ata 010/2011.
Vigência: de 30.05.2011 a 30.05.2012

Licitante Vencedor:

Lote Único: CURINGA DOS PNEUS LTDA.**Item 1.1:** Pneu 225/70-R15 112/110R p/ Sprinter passageiro

Valor Unitário: R\$276,36 (Duzentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos)

Quantidade: 24 unidades

Item 1.2: Pneu 165/70-R13 79T para Uno

Valor Unitário: R\$110,92 (Cento e dez reais e noventa e dois centavos)

Quantidade: 392 unidades

Item 1.3: Pneu 275/80/22 ½ para caminhão Iveco

Valor Unitário: R\$1.048,10 (Hum mil, quarenta e oito reais e dez centavos)

Quantidade: 18 unidades

Item 1.4: Pneu 195/70-R15 104/102R para Sprinter carga

Valor Unitário: R\$430,99 (Quatrocentos e trinta reais e noventa e nove centavos)

Quantidade: 48 unidades

Item 1.5: Pneu 185/R14 97N para Kombi

Valor Unitário: R\$159,80 (Cento e cinquenta e nove reais e oitenta centavos)

Quantidade: 106 unidades

Valor Unitário: R\$147,58 (Cento e quarenta e sete reais e cinquenta e oito centavos)
Quantidade: 152 unidades

Item 1.7: Pneu 205/70-R15 96T para Pálio Locker

Valor Unitário: R\$276,36 (Duzentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos)

Quantidade: 112 unidades

Item 1.8: Pneu 7.50/R16 Caminhão

Valor Unitário: R\$360,02 (Trezentos e sessenta reais e dois centavos)

Quantidade: 12 unidades

Item 1.9: Pneu 205/55-R16 91V Vectra 2008/Astra 2010

Valor Unitário: R\$226,54 (Duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e quatro centavos)

Quantidade: 120 unidades

Item 1.10: Pneu 195/65-R15 91H Vectra 2001/02/04

Valor Unitário: R\$193,64 (Cento e noventa e três reais e sessenta e quatro centavos)

Quantidade: 56 unidades

Item 1.11: Pneu 195/60-R15 88H Astra 2002/04/08

Valor Unitário: R\$167,32 (Cento e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos)

Quantidade: 360 unidades

Item 1.12: Pneu 185/65-R14 86T Santana/Astra 2001

Valor Unitário: R\$149,46 (Cento e quarenta e nove reais e quarenta e seis centavos)

Quantidade: 116 unidades

Item 1.13: Pneu 175/70-R14 88T Doblo

Valor Unitário: R\$161,68 (Cento e sessenta e um reais e sessenta e oito centavos)

Quantidade: 12 unidades

Item 1.14: Pneu 265/70-R15 110S Nissan Frontier

Valor Unitário: R\$782,27 (Setecentos oitenta e dois reais e vinte e sete centavos)

Quantidade: 8 unidades

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº 015/11****TJMG X ADIK SOFTWARE LTDA**

Processo: 2452/2010

Licitação: 067/2011

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de licenças de uso de solução antivírus, com serviços de instalação do software, configuração do ambiente, atualização e prestação de serviços de suporte técnico e garantia para o TJMG – Ata 015/11
Vigência: de 30.05.2011 a 30.05.2012

Lote Único: ADIK SOFTWARE LTDA**Item 1.1**

Valor Unitário: R\$12,25 (Doze reais e vinte e cinco centavos)

Valor Total: R\$12,25 (Doze reais e vinte e cinco centavos)

Quantidade Registrada: 01 unidade

Item 1.2

Valor Unitário: R\$12,00 (Doze reais)

Valor Total: R\$240.000,00 (Duzentos e quarenta mil reais)

Quantidade Registrada: 20.000 unidades

Item 1.3

Valor Unitário: R\$19.987,75 (Dezenove mil, novecentos e oitenta e sete reais e setenta e cinco centavos)

Valor Total: R\$19.987,75 (Dezenove mil, novecentos e oitenta e sete reais e setenta e cinco

Quantidade Registrada: 01 unidade

Aviso

Licitação: 053/2011

Processo: 392/2011

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Aquisição de materiais diversos para acondicionamento e embalagens de bens permanentes.

Data da sessão pública: 14.06.2011, sendo:

- Recebimento das propostas até às 9h.
- Abertura das propostas às 09h 15 min.
- Início da disputa às 09h30min.

Disposições Gerais: Os interessados poderão fazer download do edital no site www.tjmg.jus.br – Link: Licitações – 2011. O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta na Rua dos Timbiras, nº. 1802, de 2ª a 6ª feira, de 8 às 18h.

1º Termo Aditivo - Ata Registro de Preços

Ata de Registro de Preços nº 010/2010

Processo nº 0741/2010

Licitação nº 047/2010 – Pregão Eletrônico

Fornecedor: Curinga dos Pneus Ltda.

Fica acrescido em 25% (vinte e cinco por cento) o quantitativo inicialmente previsto no Anexo I, LOTE UM, da Ata de Registro de Preços nº 010/2010, firmada em 01.06.2010, conforme § 1º, art. 65 da Lei 8.666/93.

Gerência de Contratos e Convênios

Gerente: Adriana Lage de Faria Navarro
30.05.2011

Contratos – Extratos

3 Tec Ltda - ME - Ct. 207/2011 de 27.05.2011. – Objeto: Confecção e impressão de plaquetas de identificação patrimonial do Tribunal. Vigência: 27.05.2011 a 27.05.2012. – Valor do Ct.: R\$ 3.450,00 - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.30.99 – Outros Materiais.

Abrange Comercial Ltda - Ct. 200 /2011 de 27.05.2011. – Objeto: Aquisição e Instalação de sistemas de sonorização em salões de júri e pregões de audiências em diversos prédios do Tribunal localizados no interior de Minas Gerais. Vigência: 27.05.2011 a 23.12.2011. – Valor do Ct.: R\$ 73.668,00; sendo: R\$ 8.094,00 na Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.30.20 – Material Elétrico; R\$ 12.034,00 na Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.21 – Manutenção, Adaptação e Conservação de Equipamentos e Material Permanente; R\$ 53.540,00 na Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.4.4.90.52.08 – Equipamentos de som, Vídeo, Fotográficos e Cinematográficos.

Termos Aditivos – Contratos (Extratos)

Collem Construtora Mohallem Ltda - 8ªTA de 05.05.2011 ao Ct. 0226/2009 de 07.08.2009. – Objeto: Prorrogação do prazo de vigência. – Vigência: 05.05.2011 a 28.10.2011. – Valor do termo: Sem Alteração.

Patrícia Cristina Leandro Fernandes - 3ªTA de 13.05.2011 ao Ct. 419/2008 de 15.12.2008. – Objeto: Alteração de cláusula. – Vigência: 13.05.2011 a 15.12.2011. – Valor do termo:

